

ANEXO 3 - TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

A proposta da entidade deverá agregar conteúdo ao edital, demonstrando conhecimento da realidade concreta do território de atuação e articulando, de forma dialética, a experiência prática acumulada pela entidade na região do lote com a sistematização rigorosa e crítica dos aspectos econômicos, ambientais, produtivos, sociais, culturais e organizativos presentes no território.

A justificativa, os objetivos, a metodologia e os resultados esperados deverão manter coerência com os Temas Transversais Obrigatórios e com os objetivos do Programa Bem Viver Pampa, considerando as características da agricultura familiar, dos sistemas produtivos, das comunidades rurais e dos ecossistemas presentes no Bioma Pampa.

A atuação deverá contribuir para a conservação da biodiversidade, a valorização dos campos nativos e a sustentabilidade dos agroecossistemas do Bioma Pampa, integrando as dimensões produtiva, ambiental, econômica e social. As ações deverão estar orientadas pela Agroecologia, compreendida como enfoque voltado à construção de sistemas produtivos diversificados, resilientes, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, baseados na valorização dos conhecimentos das famílias agricultoras, na conservação dos recursos naturais, na redução das vulnerabilidades e no fortalecimento da autonomia produtiva e econômica.

A proposta deverá evidenciar, de forma direta e fundamentada, como os Temas Transversais Obrigatórios serão abordados ao longo da execução do projeto. Os temas deverão estar articulados entre si e relacionados às condições concretas das Unidades Familiares de Produção Agrária, evitando abordagens fragmentadas ou desvinculadas das realidades produtivas, ambientais e sociais das famílias beneficiárias.

Os temas deverão ser desenvolvidos nas atividades individuais e coletivas, obrigatórias e selecionáveis, respeitando as especificidades de cada família, comunidade, município e sistema produtivo. Sua abordagem deverá considerar os conhecimentos locais, as experiências já construídas na etapa anterior do Programa Bem Viver Pampa e a necessidade de consolidação dos processos produtivos, ambientais, organizativos e socioeconômicos apoiados pela Ater.

Tema 1 – Resiliência Climática, Segurança Hídrica e Gestão Sustentável da Água

Este tema compreende o fortalecimento das capacidades das famílias agricultoras para prevenir, enfrentar e superar os efeitos dos eventos climáticos extremos, especialmente estiagens prolongadas, chuvas intensas, enchentes, variações bruscas de temperatura e alterações nos ciclos produtivos.

A abordagem deverá considerar que a vulnerabilidade climática resulta da interação entre condições ambientais, disponibilidade de recursos, características dos sistemas produtivos e capacidade das famílias de planejar, adaptar e reorganizar suas atividades. Nesse sentido, as ações de Ater deverão apoiar a identificação das vulnerabilidades e potencialidades existentes nas Unidades Familiares de Produção Agrária, contribuindo para a adoção de estratégias adequadas às condições de cada localidade.

A segurança hídrica deverá ser tratada como condição essencial para a produção, o consumo humano, a criação animal, o processamento de alimentos e a manutenção da qualidade de vida das famílias. Deverão ser considerados aspectos relacionados à proteção de fontes, nascentes, vertentes e cursos d'água, à captação e ao armazenamento de água, ao uso racional dos recursos hídricos e à redução de perdas.

A gestão sustentável da água deverá estar integrada ao manejo do solo, da vegetação, das pastagens e dos sistemas produtivos, considerando que a cobertura do solo, a matéria orgânica, a infiltração da água e a conservação dos campos nativos contribuem diretamente para a regulação hídrica dos agroecossistemas.

A abordagem agroecológica desse tema deverá favorecer sistemas produtivos mais diversificados e menos vulneráveis, capazes de manter funções produtivas e ecológicas diante das instabilidades climáticas. Também deverá contribuir para o planejamento das atividades produtivas, para a recuperação da capacidade produtiva das famílias e para o fortalecimento de estratégias comunitárias e territoriais de adaptação às mudanças climáticas.

Tema 2 – Conservação Ambiental, Recuperação e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais

Este tema compreende a conservação, a recuperação e o manejo sustentável do solo, da água, da vegetação, da biodiversidade e dos demais recursos naturais que sustentam a agricultura familiar e os modos de vida das populações rurais do Bioma Pampa.

A proposta deverá reconhecer o Bioma Pampa como território de elevada diversidade biológica, cultural e produtiva, no qual os campos nativos desempenham funções ambientais fundamentais, como conservação da biodiversidade, proteção do solo, regulação do ciclo da água, armazenamento de carbono e oferta de recursos forrageiros.

As ações de Ater deverão contribuir para o uso sustentável dos campos nativos, respeitando sua dinâmica ecológica e promovendo formas de manejo compatíveis com sua conservação. Deverão ser consideradas as relações entre vegetação, solo, água, atividade pecuária, produção agrícola e conservação da biodiversidade.

A conservação do solo deverá abranger a prevenção e o controle de processos erosivos, compactação, perda de matéria orgânica, redução da fertilidade e degradação da estrutura física. A recuperação de áreas degradadas deverá considerar as causas dos processos de degradação, as condições ecológicas do local e a viabilidade de adoção de práticas adequadas à agricultura familiar.

A proteção da biodiversidade deverá envolver tanto as espécies e ecossistemas nativos quanto a agrobiodiversidade manejada pelas famílias, incluindo sementes, mudas, variedades locais, raças animais, plantas alimentícias, medicinais e forrageiras.

A perspectiva agroecológica deverá orientar a compreensão da unidade produtiva como um agroecossistema, no qual os componentes produtivos e ambientais estão interligados. Dessa forma, a conservação ambiental não deverá ser tratada como ação isolada ou restritiva, mas como elemento estruturante da sustentabilidade produtiva, econômica e social das famílias.

Tema 3 – Sustentabilidade e Qualificação dos Sistemas Produtivos

Este tema compreende o aprimoramento técnico, econômico, ambiental e social das atividades desenvolvidas pelas famílias beneficiárias, considerando a diversidade dos sistemas produtivos presentes no território e os processos iniciados na etapa anterior do Programa Ater Bem Viver Pampa II.

A qualificação dos sistemas produtivos deverá estar orientada para a melhoria de sua eficiência, estabilidade e capacidade de adaptação, sem desconsiderar os limites ambientais, a disponibilidade de trabalho, os conhecimentos das famílias e as condições econômicas de cada unidade produtiva.

A sustentabilidade deverá ser compreendida de forma ampla, envolvendo a capacidade dos sistemas produtivos de gerar alimentos, renda e condições dignas de vida, conservar os recursos naturais, reduzir riscos, manter sua capacidade produtiva ao longo do tempo e fortalecer a autonomia das famílias.

A diversificação produtiva deverá ser valorizada como estratégia de redução de riscos climáticos e econômicos, ampliação das fontes de renda, melhoria da alimentação familiar e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. A integração entre atividades agrícolas, pecuárias, florestais, extrativistas e de beneficiamento poderá contribuir para maior equilíbrio e complementaridade no uso de solo, água, nutrientes, biomassa, trabalho e energia.

A abordagem agroecológica deverá estimular a redução progressiva da dependência de insumos externos, a valorização dos recursos internos da unidade produtiva, a reciclagem de nutrientes, a conservação da fertilidade do solo, o manejo ecológico de pragas e doenças e a adoção de práticas compatíveis com a saúde das famílias, dos consumidores e do ambiente.

A qualificação também deverá considerar os aspectos econômicos dos sistemas produtivos, incluindo custos, disponibilidade de mão de obra, capacidade de investimento, retorno das atividades e riscos associados à produção e à comercialização. Não deverá se limitar ao aumento da produtividade física, mas considerar a sustentabilidade do conjunto da Unidade Familiar de Produção Agrária.

Tema 4 – Inclusão Produtiva, Agregação de Valor e Acesso a Mercados

Este tema compreende o fortalecimento da capacidade das famílias agricultoras de gerar renda, organizar a produção, agregar valor aos produtos e ampliar sua participação em mercados compatíveis com as características e potencialidades da agricultura familiar.

A inclusão produtiva deverá considerar as diferentes condições de acesso das famílias aos recursos produtivos, à infraestrutura, à informação, ao crédito, às políticas públicas e aos canais de comercialização. Deverá contribuir para superar situações de baixa inserção econômica e ampliar as oportunidades de geração e apropriação de renda pelas famílias.

A agregação de valor deverá estar relacionada à melhoria da qualidade, ao beneficiamento, ao processamento, à conservação, à apresentação e à diferenciação dos produtos. Poderá também estar associada à identidade territorial, à origem, aos modos tradicionais de produção, à sociobiodiversidade e às características culturais do Bioma Pampa.

O acesso a mercados deverá abranger os mercados locais, regionais e institucionais, considerando feiras, venda direta, circuitos curtos de comercialização, cooperativas, associações, compras públicas e outras formas de aproximação entre produtores e consumidores.

A proposta deverá reconhecer que a comercialização não se limita à venda dos produtos, envolvendo planejamento, regularidade de oferta, organização coletiva, logística, formação de preços, qualidade, adequação sanitária, comunicação e relação com os consumidores.

Na perspectiva agroecológica, o fortalecimento dos mercados deverá contribuir para valorizar produtos diversificados, alimentos saudáveis, formas de produção ambientalmente sustentáveis e relações econômicas mais justas. Também deverá favorecer a circulação da renda no território e o fortalecimento das organizações econômicas da agricultura familiar.

Tema 5 – Inclusão Socioprodutiva, Participação Social, Mulheres e Juventudes Rurais

Este tema compreende o fortalecimento da participação das famílias nos processos produtivos, organizativos, comunitários e decisórios, com atenção específica às desigualdades que afetam mulheres e jovens rurais.

A inclusão socioprodutiva deverá considerar que o acesso aos meios de produção, à renda, à formação, às políticas públicas e aos espaços de decisão não ocorre de forma igual entre os diferentes integrantes das famílias e comunidades. A proposta deverá reconhecer e enfrentar as barreiras que limitam a participação de mulheres e jovens.

Em relação às mulheres rurais, as ações deverão contribuir para o reconhecimento de sua participação na produção, no beneficiamento, na comercialização, na conservação da biodiversidade, na alimentação familiar e na gestão das unidades produtivas. Deverão também favorecer sua autonomia econômica, seu acesso às políticas públicas e sua presença nos espaços de decisão das famílias, organizações e comunidades.

A abordagem deverá considerar a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga decorrente da acumulação de atividades produtivas, domésticas e de cuidado. A participação das mulheres não deverá ser tratada apenas como presença nas atividades, mas como possibilidade efetiva de manifestação, decisão, acesso aos resultados e reconhecimento de seus conhecimentos e experiências.

Em relação às juventudes rurais, deverão ser consideradas suas diferentes trajetórias, interesses, expectativas e formas de relação com o território. As ações deverão contribuir para criar condições de permanência no meio rural, sucessão familiar, participação nos empreendimentos, acesso à renda, formação, tecnologias e espaços de decisão.

A participação social deverá abranger o envolvimento das famílias em associações, cooperativas, conselhos, fóruns, redes e demais espaços de construção e controle social das políticas públicas. A Ater deverá favorecer processos organizativos que ampliem a capacidade das famílias de formular demandas, participar das decisões e construir estratégias coletivas de desenvolvimento territorial.

Tema 6 – Integração às Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial, Gestão do Conhecimento e Inovação

Este tema compreende o fortalecimento do acesso das famílias às políticas públicas e a articulação das ações de Ater com as estratégias de desenvolvimento rural sustentável existentes no território.

A integração às políticas públicas deverá considerar as diferentes necessidades das famílias, relacionadas à produção, crédito, comercialização, segurança alimentar, regularização ambiental, organização econômica, habitação, infraestrutura, documentação, formação e inclusão social.

A Ater deverá contribuir para aproximar as famílias dos programas e instrumentos públicos, apoiando o acesso à informação, a compreensão dos requisitos, a organização das demandas e a articulação com os órgãos e instituições responsáveis.

O desenvolvimento territorial deverá ser compreendido como processo que articula famílias, comunidades, organizações sociais, cooperativas, instituições de ensino e pesquisa, governos municipais e demais atores presentes no território. As ações deverão favorecer relações de cooperação e complementaridade, evitando intervenções isoladas ou restritas às unidades produtivas.

A gestão do conhecimento deverá envolver o registro, a organização, a análise e o compartilhamento das experiências construídas durante a execução. Deverá valorizar os conhecimentos das famílias agricultoras, os aprendizados técnicos, as práticas desenvolvidas no território e os resultados alcançados.

Os intercâmbios de experiências deverão ser entendidos como espaços de aprendizagem entre agricultores, agricultoras, jovens, técnicos e organizações, permitindo conhecer práticas, refletir sobre dificuldades e adaptar soluções às diferentes realidades.

A inovação deverá ser compreendida de maneira ampla, abrangendo práticas, tecnologias, formas de organização e estratégias construídas ou adaptadas pelas famílias e instituições. Na perspectiva agroecológica, a inovação deverá estar vinculada à solução de problemas concretos, à valorização dos recursos locais, à conservação ambiental, à autonomia das famílias e ao fortalecimento das capacidades territoriais.